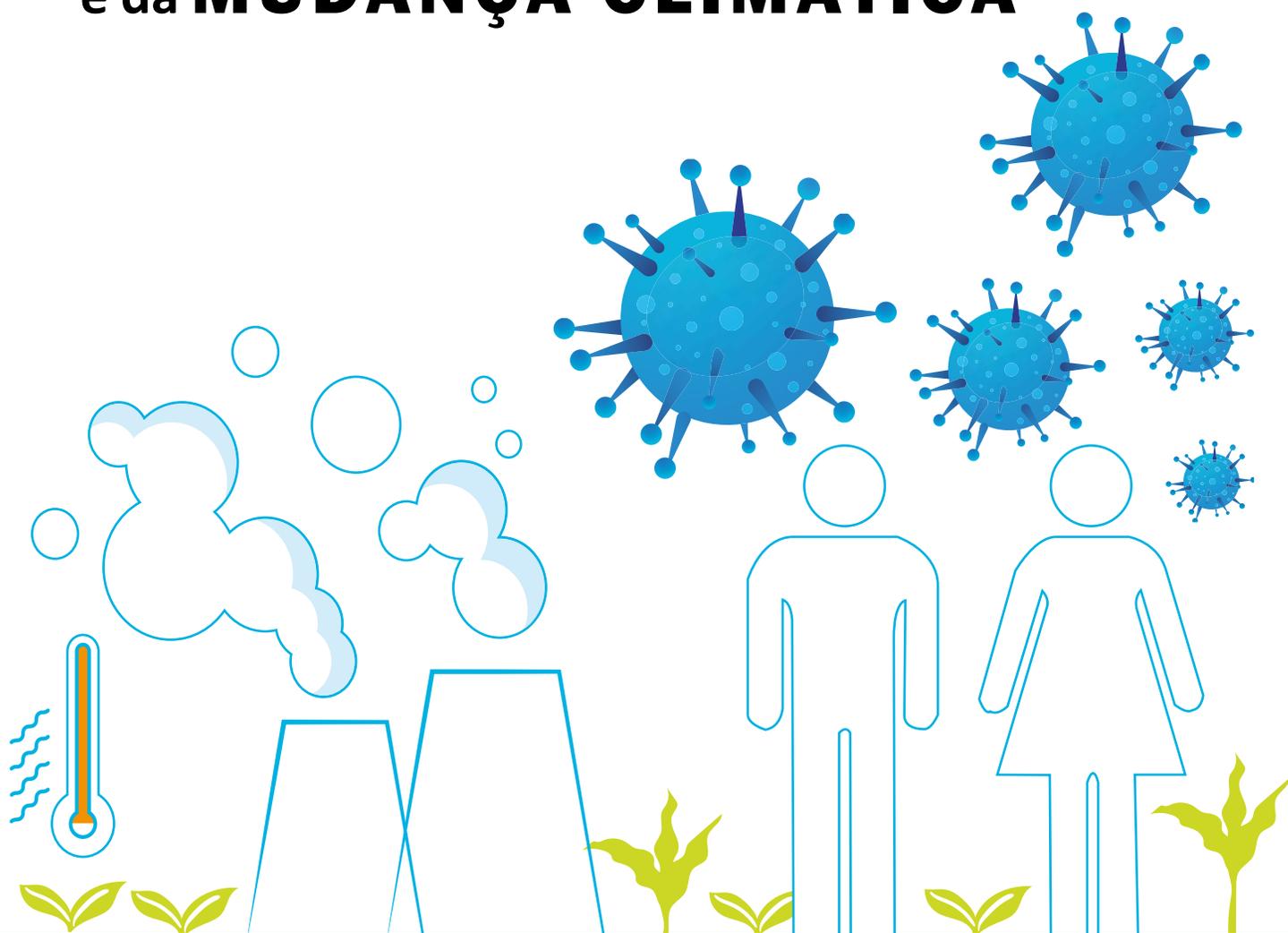


Os(as) Pequenos(as) Produtores(as) e
Trabalhadores(as)
DE COMÉRCIO JUSTO
diante da crise da **COVID-19**
e da **MUDANÇA CLIMÁTICA**



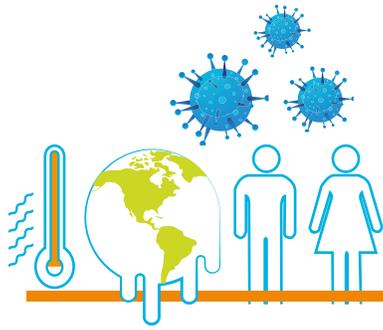


Os(as) Pequenos(as) Produtores(as) e Trabalhadores(as) **DE COMÉRCIO JUSTO** diante da crise da **COVID-19** e da **MUDANÇA CLIMÁTICA**

Desde 2011, a Coordenadora Latino-americana e do Caribe de Pequenos(as) Produtores(as) e Trabalhadores(as) de Comércio Justo (CLAC) tem se pronunciado sobre a agenda da mudança climática levando a voz dos(as) pequenos(as) produtores(as) prévia a XVII Cúpula da ONU sobre Mudança Climática (COP-17).

Em 2018, a CLAC atualizou sua posição solicitando maior colaboração das partes interessadas para acompanhar os(as) pequenos(as) produtores(as) em seus esforços para construir resiliência diante dos impactos da mudança climática na região. Desde então, CLAC vem realizando esforços para conseguir uma maior participação e incidência na agenda da Mudança Climática com ações concretas, além de contribuir nos espaços a nível nacional e internacional para posicionar e elevar as propostas desde e para os pequenos produtores e produtoras da América Latina e do Caribe, quem, embora contribuam pouco com o aquecimento global, estão entre os mais vulneráveis a mudança climática (FAO, 2017).

Para orientar suas ações, CLAC desenvolveu uma Estratégia de Mudança Climática, que busca que os(as) pequenos(as) produtores(as) da CLAC sejam capazes de se adaptar e mitigar adequadamente os efeitos adversos da variabilidade e mudança climática - reduzir sua vulnerabilidade - mediante a introdução de sistemas produtivos adaptados ao clima, que lhes permita melhorar sua produção e produtividade, regenerar naturalmente os solos, manejar os recursos naturais de forma sustentável, e estabelecer diferentes modelos de negócio climaticamente inteligentes coerentes com o Comércio Justo.



A AGRICULTURA em um MUNDO de CRISE



A pandemia da COVID-19 continua afetando a América Latina e o Caribe, região em que se tem registro de mais de 4.5 milhões de casos e mais de 180 mortes até o dia 31 de julho de 2020. A pandemia e as medidas preventivas tomadas pelos governos terão um impacto severo na economia da região que poderia ser contraída a uma média de -9.1% do PIB nos próximos meses, de acordo com o relatório recente da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL, 2020).

A recuperação econômica da América Latina poderia significar riscos e retrocessos nos avanços das medidas de proteção ambiental. O perigo é que para se recuperar da crise provocada pela COVID-19 se sejam implementadas reformas de ajuste estruturas, como foi recomendado pelo Banco Mundial, onde inclui a eliminação de “regulações ambientais excessivas, subsídios e regimes de licenças”, entre outros. Diante desta situação, expressamos nossa preocupação e animamos a proteger, visibilizar e promover os enfoques de sustentabilidade ambiental e os valores do Comércio Justo, nas ações que serão empreendidas desde governos, organizações da sociedade civil e da cooperação internacional, na etapa de recuperação econômica.

Na América Latina e no Caribe, a mudança climática tem resultado em variações nos padrões de precipitação, aumento nas temperaturas e nos fenômenos climáticos extremos, mais severos e frequentes. Os impactos que já estão sendo experimentados vão desde o derretimento das geleiras, como devastadoras inundações e secas. Ambos oceanos, o Pacífico e o Atlântico estão aquecendo e acidificando, enquanto o nível do mar também aumenta (WWF, 2017). Essas mudanças, somadas a recessão econômica na região, aprofundam o risco das populações, especialmente, as mais vulneráveis, de não poderem garantir sua segurança alimentar e diminuir suas oportunidades de resiliência diante da crise climática e outras crises no futuro.

O impacto mediático da crise da COVID-19 reduziu a informação sobre vários temas; entre eles as discussões sobre a Mudança Climática, que vinha sendo destacada na agenda internacional desde a COP25, realizada em Madrid em dezembro de 2019. Paradoxalmente, sua visibilidade e vigência é ainda mais necessária nesses momentos, porque somos conscientes de que se não forem tomadas medidas drásticas, os efeitos das mudanças climáticas vão aprofundar a vulnerabilidade e os riscos de um mundo e uma região em crise.

A FAO indica que, devido à alta dependência da região de seus recursos naturais e funcionamento de seus ecossistemas para a geração de divisas, a vulnerabilidade dos países é multidimensional: socioeconômica, geográfica e institucional. Neste cenário o impacto da mudança climática na agricultura familiar é maior devido a que tradicionalmente este setor tem baixo acesso a tecnologias, recursos monetários e informação (FAO, 2017). Num relatório para a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CECLAC), a FAO recomendou aos países da região considerar, se ainda não o fizeram, declarar a alimentação e a agricultura como atividades essenciais estratégicas, de interesse público, no marco da pandemia da COVID-19 (FAO, 2020).

Diante da crise mundial provocada pela COVID-19, consideramos necessário atualizar nossa posição, com o objetivo que as ações sejam empreendidas para superar a crise social e econômica que a pandemia criou e que gerem decisões orientadas, principalmente, para garantir a sustentabilidade e o cuidado do meio ambiente.

Somente uma natureza saudável pode apoiar-nos a evitar que a humanidade esteja exposta a “recorrentes” episódios similares à COVID-19, já que a natureza é capaz, por exemplo, de frear a poeira do deserto e reduzir a contaminação atmosférica, da forma em que se propaga o vírus e intensifica os sintomas respiratórios de pacientes afetados, neste caso, por coronavírus. Mas, quando a variável mudança climática aparece na equação, a natureza tem menos espaço para atenuar os impactos e proteger a nossa saúde.

Agora o desafio para as organizações de pequenos(as) produtores(as) e trabalhadores(as) membros da CLAC é conciliar as demandas do mercado e o crescimento econômico com a necessidade de gerenciar os recursos naturais de forma sustentável.



Somente uma **NATUREZA SAUDÁVEL**
pode apoiar-nos a **EVITAR**
que a **HUMANIDADE**
esteja **EXPOSTA** a “**RECORRENTES**”
episódios similares a **COVID-19**



TRABALHEMOS por um MUNDO MAIS RESILIENTE

Para que os(as) pequenos(as) produtores(as) e trabalhadores(as) agrícolas possam seguir enfrentando os desafios derivados da mudança climática, diante destes novos cenários de crise global e regional, CLAC motiva aos governos, atores da sociedade civil e a cooperação internacional a:



Considerar o papel fundamental da agricultura familiar na mitigação e adaptação na mudança climática.

Os(as) produtores(as) de Comércio Justo desenvolveram e colocaram em prática respostas tecnológicas, produtivas e organizacionais baseadas em seus conhecimentos locais e tradicionais que demonstraram ser efetivas. Esta contribuição merece ser reconhecida, apoiada e difundida em um contexto de crise global, na qual devem garantir os meios de vida das populações mais vulneráveis.



Levar em consideração as medidas de mitigação e adaptação devido à mudança climática na elaboração dos planos regionais e nacionais de reativação econômica pós pandemia COVID-19, para que seja convertida em uma oportunidade de desenvolvimento sustentável, ao invés de um fator que gere uma crise de maior dimensão.



Promover discussões em todos os níveis, assim como alianças entre todos os atores das cadeias de valor, setor público e sociedade civil.

Neste momento as alianças são fundamentais para impulsionar medidas que sensibilizem aos consumidores e tomadores de decisão, de maneira que as responsabilidades atribuídas permitam elaborar uma recuperação econômica baseada nos valores como a justiça, a solidariedade e a equidade como pilares da sustentabilidade social e ambiental.



Impulsionar um grande diálogo regional e nacional que leve em consideração a participação dos pequenos(as) produtores(as) e trabalhadores(as) do campo, entendendo que no contexto atual sua participação social e política é fundamental como estratégia de superação e gestão da crise, levando em consideração que a pandemia da COVID-19 e a mudança climática estão intimamente vinculadas, e que não reconhecer este fato pode gerar maiores crises no futuro.



Manter e aprofundar as medidas de cuidado ao meio ambiente e fortalecer as capacidades de resiliência das populações e dos pequenos(as) produtores(as) na região. A flexibilização das medidas meio ambientais a favor da dinamização econômica pode gerar crise de maior dimensão no futuro.



Promover a participação ativa do sistema e movimento do Comércio Justo na agenda climática internacional para representar os interesses de nossos membros nas discussões de alto nível sobre as medidas de adaptação e mitigação à mudança climática. Desta forma, estamos em alerta permanente sobre as decisões que impactam os meios de vida na agricultura e que põem em risco a sustentabilidade ambiental das economias.



Promover que os diferentes atores da cadeia de calor assumam sua responsabilidade tanto na mitigação da mudança climática, como no incremento dos custos gerados na produção agrícola.



Manter a agenda de discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas nos meios de comunicação, já que as ações concretas são indispensáveis para o mundo diante de uma crise global sem precedentes, onde devemos optar por um verdadeiro desenvolvimento sustentável, que implica uma mudança no modelo socioeconômico, alimentar, ambiental e político.



Continuar somando esforços para gerar maior consciência individual e coletiva para promover um consumo responsável que contribua para diminuir os efeitos e impactos negativos da mudança climática, incentivar a produção agroecológica de alimentos, a reciclagem, cuidado e proteção de recursos hídricos e florestas.

Desde CLAC nos comprometemos a continuar levando a voz dos pequenos(as) produtores(as) e trabalhadores(as) de Comércio Justo e promover seus interesses nos espaços de tomada de decisão nacionais e internacionais.



Nós como pequenos produtores, bem como os cidadãos, os acadêmicos, os políticos, os governantes temos o compromisso de assumir o desafio de pegar em nossas mãos esta problemática do planeta e tomar as medidas corretivas que se devem. Se não fizermos isso hoje, as catástrofes podem ser terríveis. Então, fazemos um chamado não apenas para os políticos, e sim para todos os cidadãos, homens, mulheres, que tenham vontade, que nesta casa comum que é de todos, possamos viver nós, nossos filhos e nossos netos.

Miguel Munguía, Presidente da CLAC



Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. Seus conteúdos são de responsabilidade exclusiva da CLAC e não necessariamente refletem os pontos de vista da União Europeia.

